

**Helena Carreiras**

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Académico do Instituto da Defesa Nacional e da cerimónia de atribuição do Prémio IDN - Professora Maria Carrilho**

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 6 de novembro de 2023

É para mim um gosto enorme regressar ao Instituto da Defesa Nacional para a abertura solene de mais um ano académico, assinalando simultaneamente o início do Curso de Defesa Nacional. Este momento reveste-se de particular importância simbólica por coincidir, este ano, com a edição inaugural do Prémio IDN - Professora Maria Carrilho.

O Curso de Defesa Nacional é um espaço de excelência de diálogo entre a Defesa Nacional e a sociedade civil, mas também de sensibilização e de divulgação da investigação sobre temas ligados à Defesa. Trata-se de um fórum de debate que contribui para o desenvolvimento do pensamento estratégico nacional e para o reforço da ligação entre públicos e instituições envolvidas na Segurança e Defesa.

Nesse sentido, o Curso de Defesa Nacional tem um efeito multiplicador na valorização de quadros em posições muito diversificadas, capazes de contribuir tanto para o desenvolvimento de uma cultura de defesa na sociedade portuguesa como para a qualidade das políticas públicas nestas áreas

Aproveito, portanto, esta oportunidade para destacar as principais medidas que estamos a implementar na Defesa Nacional, quer para investir nas pessoas e meios, quer para promover a aproximação desta área governativa à sociedade civil.

Conforme tenho tido oportunidade de referir em várias ocasiões, estamos a atuar na valorização da condição militar e na criação de condições para o recrutamento e retenção de efetivos nas Forças Armadas.

Neste contexto, o Orçamento do Estado afeto à Defesa Nacional, recentemente apresentado na Assembleia da República, não pode ser visto como uma mera despesa. Trata-se de um investimento em soberania; um investimento em capacidades vitais para proteger Portugal e os portugueses de todo o tipo de ameaças e riscos; e um investimento, também, na economia e na geração de emprego. É por isso que em 2024, o orçamento da Defesa volta a crescer – mais de 10% em relação a 2023, comparando as dotações iniciais.

Este orçamento responde a um contexto internacional crescentemente instável, e que continua marcado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia, pela instabilidade a Sul e, mais recentemente, pelo agravamento da conflitualidade no Médio Oriente, com consequências imprevisíveis. Este tema, foi, de

resto, magistralmente explorado na lição inaugural que acabámos de escutar, proferida pelo Doutor Álvaro de Vasconcelos.

Vemo-nos atualmente confrontados com uma clara erosão da ordem multilateral assente em princípios basilares definidos na Carta das Nações Unidas, a par de um aumento de ameaças híbridas, transversais a vários domínios. Estas incluem, por exemplo, o agravamento das alterações climáticas com consequências devastadoras, desde logo a nível humanitário, mas também na segurança, e às quais a Defesa Nacional respondeu com uma nova e oportuna Estratégia para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas, recentemente apresentada aqui no Instituto da Defesa Nacional.

Neste contexto imprevisível e volátil, é importante garantir que os compromissos de Portugal no quadro da NATO, da União Europeia

e das Nações Unidas estão assegurados. É por isso que, o Governo reforça o contributo para as Forças Nacionais Destacadas com 75 M€ – acrescidos do valor que for necessário para reforçar a presença nacional nas missões da NATO no flanco leste.

Por outro lado, está garantido o contributo da Defesa para o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz da União Europeia, no valor de 21 M€ – e que previsivelmente continuará a aumentar, para suportar o apoio militar europeu à resistência da Ucrânia contra a invasão russa.

Em simultâneo, investimos 533 M€ em 2024, no contexto da maior Lei de Programação Militar de sempre em capacidades das Forças Armadas, em todos os domínios operacionais (Terra, Mar, Ar, Espaço e Ciberespaço).

Proseguimos também com um forte investimento na modernização, manutenção e sustentação dos meios e equipamentos das Forças Armadas, cuja componente de operação e manutenção é reforçada em 30 M€, representando um aumento de 9,5%. A estes valores acresce o valor previsto na Lei de Programação Militar: até 2026, os investimentos neste âmbito serão superiores a 170 M€ por ano.

A par com o investimento em meios, prosseguimos com o investimento nos homens e mulheres militares, sem os quais os meios não operam e não há Defesa.

Assim, anunciei recentemente o aumento em cerca de 70€ mensais da componente fixa do Suplemento da Condição Militar. Este aumento, há muito reivindicado pelos militares, será acrescido do aumento salarial na função pública anunciado pelo

governo. Embora todos os militares na efetividade de serviço beneficiem desta medida, ela será, naturalmente, mais significativa nos postos mais baixos.

Mas não se trata apenas de salários. Temos um forte compromisso com a implementação do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar e do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade, através dos quais estamos a desenvolver medidas dirigidas para o recrutamento, a retenção e a reinserção na vida civil dos militares em regime de contrato. Medidas que incidem sobre melhorias das condições de trabalho e de habitabilidade, a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e o alinhamento de qualificações.

Destaco, em particular, alguns passos importantes que foram já adotados durante o meu mandato ou que o serão a muito breve prazo:

- Criámos dois Quadros Permanentes da categoria de Praças, no Exército e na Força Aérea;
- Alargámos o Regime de Contrato Especial a outras situações funcionais, abarcando já um total de 15;
- Antecipámos, para o início do ano, a aprovação do plano anual de promoções dos militares das Forças Armadas;
- Reforçámos o número das admissões autorizadas para os Quadros Permanentes em 2023, registando mais 114 face a 2022;
- Aprovámos as novas Tabelas Gerais de Aptidão e Capacidade, alargando assim o universo de cidadãos recrutáveis;

- Iniciámos a revisão do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar, no sentido de ampliar o conjunto de benefícios ali previstos.
- E avançámos com a atualização salarial na Defesa Nacional em linha com a Administração Pública; o aumento do salário médio dos militares em 2023 chegou aos 9,6% e em 2024 procederemos a nova atualização.

Minhas senhoras e meus senhores,

Em simultâneo com o investimento em pessoas e meios, a Defesa Nacional tem apostado na aproximação à sociedade civil. Este esforço visa contribuir para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e para reforçar a democracia. Por outro lado, visa promover o desenvolvimento de uma comunidade de saber que acompanhe as matérias da Defesa Nacional, que produza conhecimento, que

questione, e que aponte caminhos para uma melhor formulação de políticas públicas neste domínio. Esta é, aliás, uma missão para a qual concorre diretamente o trabalho do Instituto da Defesa Nacional.

Nesse sentido, aproveito para saudar e agradecer o trabalho desenvolvido por esta instituição, na pessoa da sua Diretora, Professora Doutora Isabel Nunes, bem como de todos os trabalhadores, assessores, e conferencistas que muito contribuem para o sucesso desta aproximação entre a Defesa Nacional e a sociedade civil.

Exemplos dessa aproximação são as várias iniciativas de debate público promovidas pelo Instituto da Defesa Nacional, seja no processo em curso de revisão do Conceito Estratégico de Defesa

Nacional, seja no contexto das comemorações do cinquentenário do 25 de abril.

Este ano demos também passos importantes para reforçar a presença da Defesa Nacional junto do público, incluindo dos mais jovens, através da continuação de iniciativas de sucesso como o “Alista-te por um dia” do EMGFA, e da criação de novos projetos como o “Defesa+Jovem”.

Proseguimos igualmente com a implementação do Referencial para a Segurança, a Defesa e a Paz, estendendo a rede de parcerias pela primeira vez à Região Autónoma dos Açores, com o apoio inestimável do Instituto da Defesa Nacional, nomeadamente, na formação de docentes.

Retomámos ainda a organização do Dia da Defesa Nacional das Comunidades Portuguesas, que ocorrerá no próximo fim de semana, pela primeira vez também, no Luxemburgo, numa perspetiva de envolvimento da Diáspora, sobretudo dos mais jovens, em todos os domínios da ação do Estado.

Fica assim claro que este Governo está empenhado em criar mais e melhores mecanismos de interação entre a sociedade portuguesa e as Forças Armadas. Todas estas atividades visam precisamente levar a Defesa Nacional a um novo patamar de envolvimento com a sociedade – como compete a uma política de soberania nacional.

E porque o conhecimento e a investigação científica andam de mãos dadas, permitam-me ainda referir a mais recente iniciativa da Defesa Nacional neste campo – o novo programa

Defesa+Ciência: um esforço conjunto dos Ministérios da Defesa Nacional e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que irá reforçar as capacidades científicas e tecnológicas nacionais através do investimento de 8M€ durante os próximos seis anos. Este programa pioneiro irá certamente contribuir para o reforço da massa crítica que trabalha sobre temas de Segurança e Defesa e, conseqüentemente, para o enriquecimento das políticas públicas nesta área.

Este é, como referia anteriormente, um contributo que se espera também dos futuros Auditores de Defesa Nacional que se encontram hoje na audiência, através da reflexão e debate sobre matérias no domínio da Segurança e da Defesa, e da divulgação do conhecimento sobre estes temas.

E esse é também o espírito subjacente ao Prémio que hoje se atribui.

A criação do prémio IDN - Maria Carrilho é uma forma de homenagear a vida e a obra desta ilustre Professora, membro de uma geração de pensadores que influenciaram profundamente a evolução da Defesa Nacional em Portugal em termos políticos e científicos.

O trabalho da Professora Maria Carrilho foi pioneiro no estudo da atuação das Forças Armadas no contexto da mudança política em Portugal, das relações civis e militares, e do papel das mulheres nas Forças Armadas. Estou certa de que ela veria com orgulho o facto de termos atingido este ano 14% de mulheres nas Forças Armadas. De igual modo, veria com orgulho a representatividade de mulheres em cargos de direção nos serviços do Ministério da

Defesa Nacional, que, no final de 2022, estava bastante perto de atingir a paridade (43%). Estes são também frutos do seu trabalho.

A extensa e incontornável obra da Professora Maria Carrilho desempenhou um importante papel no desenvolvimento da investigação científica sobre sociologia militar em Portugal – eu própria e várias gerações de investigadores beneficiámos dos seus ensinamentos e do seu dinamismo.

É, por isso, com enorme satisfação que vejo este Prémio estimular, em seu nome, uma nova geração a prosseguir o estudo destes temas, com o mesmo rigor e qualidade que sempre caracterizou o seu trabalho.

Tal como ela nos ensinou, a Defesa Nacional é tanto mais forte quanto maior for o seu reconhecimento social. Esse não é um

direito transcendental das instituições da defesa ou um produto automático da sua ação. É um resultado que se conquista diariamente com a explicação clara e pública do seu funcionamento, com o debate sobre as opções realizadas, com a formação de públicos e agentes, e com a produção de conhecimento e a sua divulgação.

É de tudo isso que falamos hoje. É esse o desígnio do IDN. E é esse o trabalho que a Defesa Nacional continuar prosseguir com o sentido de dever e compromisso que caracterizam a nossa ação.

Muito obrigada.